

**PROJETO DE LEI Nº 2901.09, DE 08 DE ABRIL DE 2024.**  
**ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL**

Abre Crédito Especial no Orçamento  
Municipal vigente e aponta  
recursos para cobertura.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande  
do Sul,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e  
promulgo a seguinte,

**L E I**

**Art. 1º** - Fica autorizada abertura de Crédito Especial no  
Orçamento Municipal vigente, no montante de R\$ 18.500,00 (dezoito mil  
e quinhentos reais)

**04 - SECRETARIA DE FINANÇAS**

02 - SECRETARIA DE FINANÇAS

28.845.0000.0047 - RESTITUIÇÃO DE SALDOS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS  
ESTADOS E UNIÃO;

3.3.3.30.93.00 - Indenizações e Restituições.....R\$  
18.500,00

**SUB TOTAL .....R\$**  
**18.500,00**

**T O T A L .....R\$**  
**18.500,00**

**Art.2º** - Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto no  
artigo precedente, servirá de recurso o Superávit Financeiro  
2023.....R\$  
18.500,00

**SUB TOTAL.....R\$**  
**18.500,00**

**T O T A L .....R\$**  
**18.500,00**

**Art. 3º** - A Presente Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,  
Em 08 de abril de 2024.

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretaria de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2894.09/2024.  
Ao Projeto de Lei Nº 2901.09/2024.

Senhor Presidente e  
Senhores Vereadores:

Encaminhamos a essa Casa Legislativa o presente Projeto, de natureza técnico-contábil, embasado na Lei Federal nº 4320/64 que visa abertura de Crédito Especial na Secretaria de Finanças.

A abertura do Crédito Especial disposto na matéria em pauta visa inserir no Orçamento Municipal vigente valor proveniente do Projeto Cuidado e Cidadania à pessoa idosa prioritária, o qual será devolvido ao Estado RS, na Secretaria de Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social.

Ocorre que o Município havia recebido o repasse, tendo em vista ações que deveriam ser desenvolvidas em prol da população com 60 anos ou mais, durante a Pandemia do Covid 19, considerando a prioridade da pessoa idosa na proteção e cuidado.

Porém, o Convênio firmado com o Estado para essa finalidade está com prazo de vigência esgotado, restando agora o cumprimento da obrigação do Município em prestar contas dos valores que foram aplicados durante a pandemia e a devolução do saldo residual, a fim de manter a adimplência junto ao Governo Estadual e assim também garantir futuros repasses de outros valores.

Considerando o acima exposto, e certos de contarmos com o costumeiro apoio dessa Casa Legislativa, deixamos o Projeto à consideração de Vossas Senhorias, para o qual solicitamos sua análise e aprovação.

Atenciosamente

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal